

EDIÇÃO ESPECIAL — REPUBLICAÇÕES CADERNO DE PESQUISA APLICADA

O Produto Interno Bruto de 2019: análise de suas variáveis e desempenho na economia brasileira

2019 Gross Domestic Product (GDP): analysis of its factors and performance on Brazilian economy

Wagner José da Silva

Instituto Superior de Ciências Aplicadas — ISCA · Brasil

Marcelo Socorro Zambon

Brasil

Eder Moreira de Freitas

Brasil

Nota: Republicação — artigo originalmente publicado na revista Caderno de Pesquisa Aplicada (Instituto Superior de Ciências Aplicadas — ISCA, Limeira/SP), v. 2, n. 2, 2020, p. 28-44. A revista de origem encontra-se extinta; esta republicação visa permitir a continuidade do acesso ao conteúdo e ao conhecimento original.

PROTOCOLO
ZBR-2024-0009

RECEBIDO
—

ACEITO
—

PUBLICADO
01/06/2024

LICENÇA
CC BY 4.0

DOI
—

Palavras-chave: PIB; Brasil; Crescimento Econômico

Keywords: GDP; Brazil; Economic Growth

Como citar (ABNT)

SILVA, W. J. D.; ZAMBON, M. S.; FREITAS, E. M. D. O Produto Interno Bruto de 2019: análise de suas variáveis e desempenho na economia brasileira. Zoom Business Review, v. 1, n. 1, p. 28-44, 2024.

O PRODUTO INTERNO BRUTO DE 2019: análise de suas variáveis e desempenho na economia brasileira

2019 GROSS DOMESTIC PRODUCT (GDP): analysis of its factors and performance on Brazilian economy

Wagner José da Silva¹

Prof. Dr. Marcelo Socorro Zambon (Orientador)

Prof. Esp. Eder Moreira de Freitas (Coorientador)

RESUMO

O presente artigo analisa, por meio de um painel de dados, a influência das variáveis que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) sobre o crescimento econômico brasileiro, no ano de 2019. Para entender essa relação, a pesquisa se baseou em uma fundamentação teórica que explicasse a composição do PIB sob a ótica da despesa, do rendimento e da produção. Os dados foram obtidos de fontes oficiais, em especial IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), responsável pela medição e publicação dos dados consolidados do PIB, e do Banco Central e FGV (Fundação Getúlio Vargas), sendo restringida à análise quantitativa. Este artigo teve o objetivo de analisar a composição do PIB em termos quantitativos e, a partir desses números, delimitar quais variáveis contribuíram para o crescimento econômico de 2019. Quanto à metodologia, o estudo se utilizou da Pesquisa Bibliográfica e a Documental. Foi observado que os números positivos do PIB de 2019 resultam direta e positivamente no crescimento da economia brasileira, embora seja um crescimento pequeno e mantida certa estabilidade em comparação aos dois últimos anos (2017 e 2018).

Palavras-chave: PIB. Brasil. Crescimento Econômico.

ABSTRACT

This article analyzes, through a data panel, the influence of the variables that make up the Gross Domestic Product (GDP) on the Brazilian economic growth, in the year 2019. To understand this relationship, the research was based on a theoretical foundation explain the composition of GDP from the perspective of expenditure, income and production. The data were obtained from official sources, in particular IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), responsible for measuring and publishing consolidated GDP data, and from the Central Bank and FGV (Fundação Getúlio Vargas), being restricted to quantitative analysis. This article aimed to analyze the composition of GDP in quantitative

¹ Graduando em Ciências Econômicas pelo Isca Faculdades. E-mail: economia.wagner@hotmail.com

terms and, from these numbers, delimit which variables contributed to the economic growth of 2019. As for the methodology, the study used Bibliographic and Documentary Research. It was observed that the positive GDP numbers of 2019 directly and positively result in the growth of the Brazilian economy, although it is a small growth and a certain stability compared to the last two years (2017 and 2018).

Keywords: GPD. Brazil. Economic Growth.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o crescimento da economia de um país é recorrente, sobretudo, pelo impacto que ele provoca no desenvolvimento do país, na estrutura de políticas públicas, nos negócios internos e internacionais, dentre outros impactos diretos e indiretos.

No contexto atual, o estudo da política macroeconômica no Brasil tem como elementos fundamentais o aumento da produtividade das empresas, do consumo das famílias e dos gastos públicos, de forma que seja possível uma alocação eficiente e capaz de alavancar o crescimento econômico. Uma das formas de analisar essas três variáveis – produtividade das empresas, consumo das famílias e gastos públicos – é por meio do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país, estado ou cidade, durante um determinado período. Os dados divulgados pelo IBGE sobre o Produto Interno Bruto (PIB) podem revelar parâmetros que dão suporte ao crescimento ou à retração econômica brasileira. Entender a relação entre esse indicador e o desempenho da economia brasileira é o que motivou essa pesquisa. Também se indaga qual o impacto do PIB no desempenho da economia do Brasil no ano de 2019.

O presente artigo teve o objetivo de analisar um dos indicadores mais importantes da macroeconomia, o Produto Interno Bruto (PIB), referente ao ano de 2019. Pretendeu-se analisar a composição do PIB em termos quantitativos e, a partir desses números, delimitar quais variáveis contribuíram para o crescimento da economia e quais puxaram o PIB de 2019 para uma menor performance.

O presente artigo utilizou a Pesquisa Bibliográfica, realizada a partir de levantamento da base de dados acadêmica. A Pesquisa Documental, realizada entre novembro e dezembro de 2020, levou em consideração os meios oficiais de divulgação

de dados econômicos: IBGE, Banco Central do Brasil e FGV, principalmente. No site do IBGE é possível ter acesso aos dados consolidados do PIB, já que é o órgão responsável por sua mensuração. Isso porque optou-se por uma abordagem quantitativa.

Especificamente em relação ao Banco Central, há a base de dados das taxas de juros e outros indicadores da política monetária brasileira e os dados da FGV foram escolhidos por trazer comparações e evolução de indicadores dentro de um determinado período, em especial de dez ou cinco anos.

2. PIB E DESEMPENHO DA ECONOMIA

O estudo macroeconômico tem como elementos fundamentais o aumento da produtividade das empresas, do consumo das famílias e dos gastos públicos, de forma que seja possível uma alocação eficiente e capaz de alavancar o crescimento econômico.

Segundo Vasconcelos (2011, p. 17), a Macroeconomia estuda os grandes agregados, dentre eles o PIB, e seu comportamento dentro da sistemática da política econômica, que serão apresentados em detalhes a seguir.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o órgão responsável por medir e divulgá-lo:

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. (BRASIL, 2020)

Em complementação a esse conceito, segundo o Dicionário Financeiro (2020), “aos bens e serviços produzidos não são considerados os intermédios, que servem para produzir outros bens, ou produtos já existentes, como na venda de carros usados, por exemplo”.

Entende-se, assim, que o PIB - Produto Interno Bruto é uma forma de medir a atividade econômica, que pode ser nacional, estadual ou municipal, por meio de cálculos que consideram as quantidades de oferta e de demanda de bens e serviços. Por isso, o PIB ajuda a avaliar o tamanho e a renda de um país.

Em relação aos cálculos do PIB, para o presente estudo será utilizada a divisão de Feijó e Ramos (2013). Segundo os autores e organizadores, ele pode ser medido

basicamente de três formas: PIB medido pela Despesa, PIB medido pelo rendimento e PIB medido pela produção.

No PIB medido sob a ótica da despesa, o valor é medido através de toda a despesa efetuada pelos diferentes agentes da economia, considerando as seguintes despesas: das famílias, do Estado, com exportação e com importação. Ou seja, por meio desta ótica a medida e a soma de toda a despesa dentro de um determinado período. Assim, o PIB medido pela despesa é expresso pela fórmula:

$$\text{PIB} = C + G + I + X - Q$$

Sendo, C: despesa em consumo das famílias; G: despesa que acontece quando o Estado faz gastos públicos; I: despesa com investimentos das empresas; X: despesa com exportação por meio dos estrangeiros; Q: despesas com importação dos agentes na economia, ou seja, despesas dos agentes que se originam no estrangeiro e não contam como produto do país.

No PIB medido sob a ótica do rendimento, consideram-se os rendimentos que foram gerados e distribuídos aos agentes da economia durante um determinado período. Por exemplo, nas empresas é o caso dos salários dos trabalhadores.

Assim, o PIB medido pelos rendimentos é expresso pela fórmula:

$$\text{PIB} = S + R + L + J + A + (T - Z)$$

Sendo S: rendimento de salários; R: rendimento de arrendamentos; L: rendimento de lucros; J: rendimento de juros; A: rendimento de amortizações; T: rendimento do Estado de impostos indiretos, menos os subsídios da produção (Z). Nessa fórmula tem os rendimentos públicos, impostos indiretos e a produção disponíveis no período.

Por último, o PIB medido sob a ótica da produção é medido diretamente pela produção dos agentes da economia que é vendida no mercado de bens e serviços em um determinado período é expresso pela fórmula:

$$\text{PIB} = \Sigma \text{VAB} + \text{Impostos sobre produtos e serviços líquidos de subsídios}$$

Sendo VAB: valor acrescentado bruto durante o período. O VAB permite não ter múltipla contagem na produção e distribuição de bens.

Em relação à mensuração do PIB, no Brasil, o órgão responsável por ela é o IBGE. Segundo este instituto, são utilizados diversos dados para a consolidação dos números do PIB, como por exemplo: Balanço de Pagamentos (Banco Central), Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA (FGV), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE), Produção Agrícola Municipal - PAM - (IBGE), Pesquisa Anual de Comércio - PAC (IBGE), Pesquisa Anual de Serviços - PAS (IBGE), Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (IBGE), dentre outros.

Em relação às análises do PIB, o IBGE ainda afirma que “O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde.” (BRASIL, 2020a). Conforme menciona o autor, o PIB é um dos indicadores de uma economia. Enfatizando esse entendimento, é importante ressaltar que o PIB compõe o Sistema das Contas Nacionais.

No Brasil, segundo dados do IBGE e de Hallak Neto (2014), o Sistema de Contas Nacionais é composto por quatro contas: Conta Produto Interno Bruto (produção); Conta Renda Nacional Disponível Líquida (apropriação); Conta Transações Correntes com o resto do mundo; e Conta de Capital (acumulação). Segundo Vasconcelos (2011), a Conta Produto Interno Bruto:

Essa conta apresenta, no lado do débito, o pagamento das unidades produtivas aos fatores de produção, incluindo os impostos indiretos (menos os subsídios) e, no lado do crédito, o que as empresas receberam dos agentes que adquiriram os bens e serviços finais. A partir dessa conta, tem-se o conceito de Produto Interno Bruto a preços de mercado e de Dispendio Interno Bruto a preços de mercado. (...). Cabe destacar que as empresas estatais são consideradas na conta de produção, pois vendem bens e serviços no mercado, como as empresas privadas. Tudo que é atividade produtiva entra nessa conta, o que inclui também empresas familiares (padarias, pequeno comércio etc.), bem como a atividade de autônomos. Todo o investimento das famílias em moradias, bem como os investimentos do governo (despesas de capital), também é contabilizado nessa conta, pois representa uma atividade de produção. (VASCONCELOS, 2011, p.232)

Como visto, o PIB se insere no Sistema de Contas Nacional e é o principal indicador medido pelo IBGE para se avaliar o crescimento do país.

Ao se referir ao crescimento do país, Gala (2019) indica que existem diversas teorias econômicas que levam em consideração a intervenção ou não do Estado na economia para que ela se desenvolva. O autor considera os últimos cem anos da história do PIB e mostra os períodos de crescimento.

O autor mostra que no governo de Juscelino Kubitschek, houve com o Plano de Metas, o incentivo à indústria automobilística e à abertura de estradas. Nos anos 1970, o crescimento econômico no governo militar foi devido aos investimentos em infraestrutura, como abertura e asfaltamento de estradas, construção de usinas de energia, como Itaipu, criação do Pro-Álcool etc. Gala (2019) afirma ainda que esse crescimento não seria possível sem “as importantes reformas institucionais da década de 60 (modernização da lei trabalhista, reforma do sistema financeiro, criação da correção monetária, do SFH, etc.)”. E nos 2000, os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula foram de crescimento, com foco em infraestrutura rodoviária, desenvolvimento da economia nordestina e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Com esse histórico das políticas de crescimento do país, é possível observar que o PIB está ligado à economia do país, não só no Sistema de Contas, mas também nos planos de governo. Nesse sentido, é retomado o que pensa Vasconcelos (2011) sobre as variáveis que influenciam diretamente o desempenho do PIB. São elas:

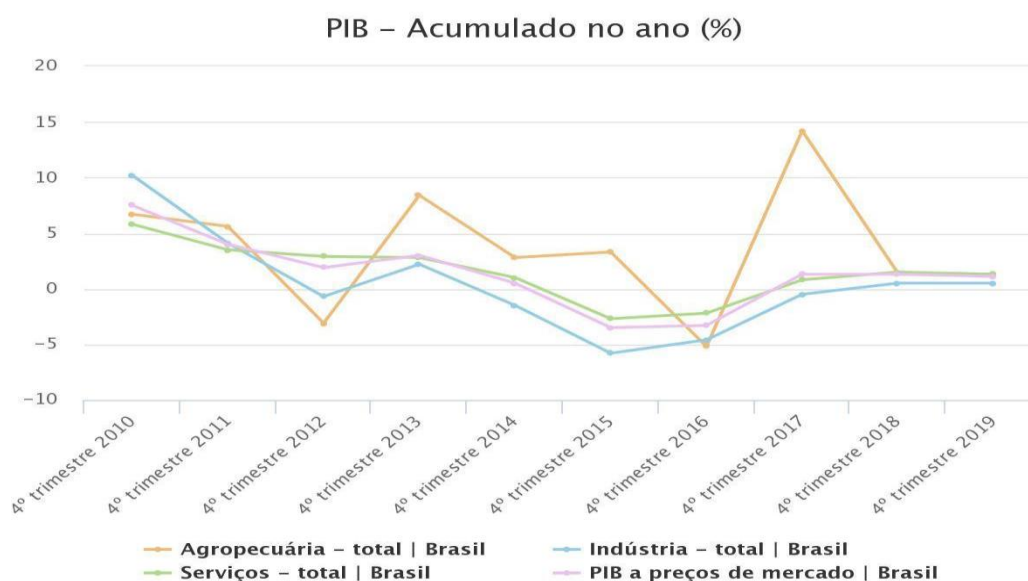
- Consumo da população: quanto mais as pessoas gastam, mais o PIB cresce.
- Investimentos das empresas: quanto maior é o investimento das empresas (máquinas, expansão das atividades, contratações), mais o PIB cresce.
- Gastos do governo: quanto maior é o investimento do Estado, mais o PIB cresce.
- Exportações: quanto mais dinheiro entra no país para gastos em investimentos e consumo, mais o PIB cresce.

3. TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, é necessário ressaltar que esta pesquisa foi restrita à apresentação dos dados do PIB e sua análise quantitativa, deixando de se observar questões sociais, indicadores de desenvolvimento econômico e outras variáveis.

Observa-se inicialmente a evolução do PIB brasileiro na última década, como mostra o primeiro gráfico (Gráfico 1):

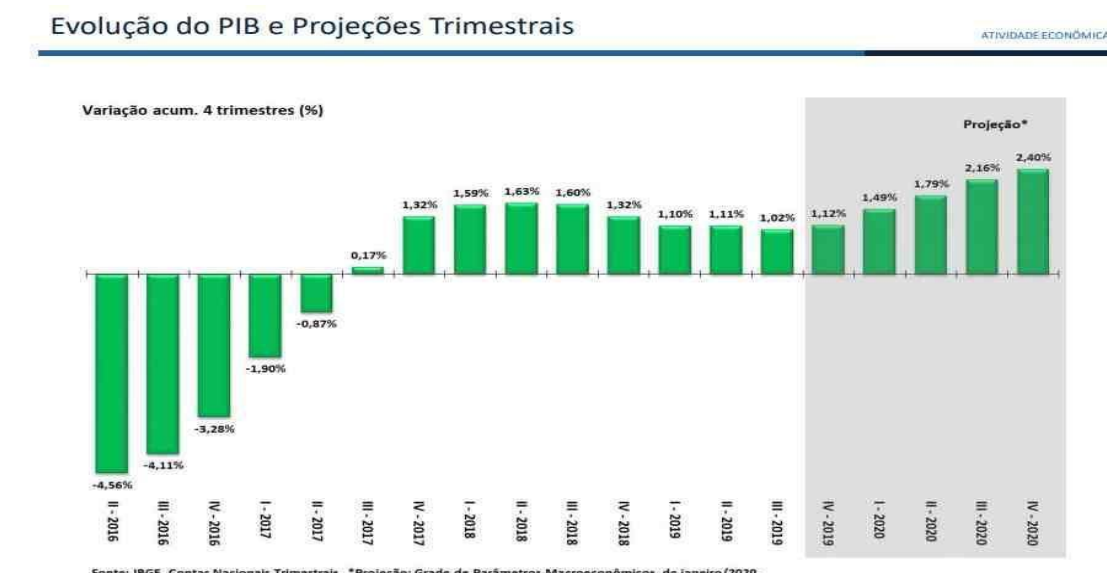
Gráfico 1: PIB acumulado na última década (2010 a 2019)



Observando o gráfico 1, é possível ver que o PIB brasileiro teve uma retração considerável na primeira metade da década de 2010, alcançando patamares negativos (-3,8%) durante o governo de Dilma Rousseff. Após os índices negativos, houve uma retomada entre 2016 e 2017, desde quando os índices permaneceram estáveis até o 4º trimestre de 2019.

Ao observar essa evolução, o comportamento do setor agropecuário é o que se destaca, pois apresentou as maiores oscilações, tanto de queda quanto de alta em todo o período - diferente dos demais setores (indústria e serviços), que acompanham as tendências de oscilação do PIB. Em termos numéricos, o Gráfico 2 apresenta com mais clareza essas retrações e retomadas:

Gráfico 2: Variação acumulada do PIB nos últimos quatro anos (2016 a 2019) e projeção para 2020



Da mesma forma, conforme dados expostos no gráfico 2, após a retomada do crescimento do PIB em 2016 e 2017, há uma estabilidade na casa de 1% entre os anos de 2017 (4º trimestre) e 2019.

Visto o PIB sob a ótica global, volta-se para os dados a partir da igualdade $PIB = C + G + I + X - Q$, onde C: despesa em consumo das famílias; G: despesa que acontece quando o Estado faz gastos públicos; I: despesa com investimentos das empresas; X: despesa com exportação por meio dos estrangeiros; Q: despesas com importação dos agentes na economia. Olhando mais detalhadamente para a composição do PIB brasileiro em 2019, nos três principais setores da economia que o compõem (agropecuária, indústria e serviços) (Tabela 1):

Tabela 1: PIB 2019 dividido por setor

Tabela 1 – Produto Interno Bruto			
Acumulado no ano			
Discriminação	2019	Variação %	
		2020^{1/}	
		Anterior	Atual
Agropecuária	1,3	1,2	1,3
Indústria	0,5	-8,5	-4,7
Extrativa mineral	-1,1	0,0	2,7
Transformação	0,1	-12,8	-7,7
Construção civil	1,6	-6,7	-4,5
Prod./dist. de eletricidade, gás e água	1,9	-3,8	-1,3
Serviços	1,3	-5,3	-5,2
Comércio	1,8	-10,8	-4,0
Transporte, armazenagem e correio	0,2	-13,4	-7,1
Serviços de informação	4,1	-4,0	-1,7
Interm. financeira e serviços relacionados	1,0	0,7	2,3
Outros serviços	1,3	-9,4	-13,5
Atividades imobiliárias e aluguel	2,3	-1,2	1,4
Adm., saúde e educação públicas	0,0	0,1	-4,7
Valor adicionado a preços básicos	1,1	-5,6	-4,8
Impostos sobre produtos	1,5	-10,9	-6,5
PIB a preços de mercado	1,1	-6,4	-5,0
Consumo das famílias	1,8	-7,4	-4,6
Consumo do governo	-0,4	0,2	-4,2
Formação bruta de capital fixo	2,2	-13,8	-6,6
Exportação	-2,5	-8,1	-1,8
Importação	1,1	-11,1	-11,1

Fonte: IBGE
1/ Estimativa.

Observando os dados da Tabela 1, tem-se que os setores de agropecuária e serviços são os que apresentam os maiores crescimentos em 2019 (1,3% cada). Em relação ao setor de serviços, as áreas de Serviços de Informação e Atividades imobiliária e Aluguel são as que melhor performaram no período (4,1% e 2,3% respectivamente). Por fim, o setor industrial é o que teve o pior desempenho em 2019: 0,5%, destacando nesse setor a Construção Civil e a Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água (1,6% e 1,9% respectivamente).

A indústria teve um comportamento diferente em relação a 2018, puxada pelo crescimento na construção, após cinco anos de

desempenho negativo. Já a indústria de transformação, que havia crescido mais em 2018, ficou estagnada em 2019. (BRASIL, 2020b)

Assim, observa-se que a variável I (despesa com investimentos das empresas) apresentou aumento, o que, *coetaria paribus*, efetivamente traz um aumento no PIB, conforme afirmado por Vasconcelos (2011): “Investimentos das empresas: quanto maior é o investimento das empresas (máquinas, expansão das atividades, contratações), mais o PIB cresce”. A tabela 2 corrobora essa constatação, pois apresenta as taxas de crescimento dos três setores:

Tabela 2: PIB 2019, acumulado no ano e dividido por setor

PIB e setores produtivos: evolução das taxas de crescimento

(Em %)

	Trimestre/trimestre anterior dessazonalizado				Trimestre/Igual trimestre do ano anterior				Acumulado	
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T18	1T19	2T19	3T19	no ano	em quatro trimestres
PIB a preços de mercado	0,1	0,0	0,5	0,6	1,2	0,6	1,1	1,2	0,7	1,0
Impostos sobre produtos	-1,0	0,8	0,8	0,4	0,7	0,3	1,9	1,8	0,9	1,1
Valor adicionado a preços básicos	0,1	0,0	0,4	0,6	1,3	0,7	1,0	1,1	0,7	1,0
Agropecuária	-0,4	1,8	-0,5	1,3	5,1	0,9	1,4	2,1	0,1	2,0
Indústria	-0,2	-0,4	0,7	0,8	-0,5	-1,0	0,3	1,0	-0,4	0,0
Extrativa	2,0	-6,1	-3,1	12,0	4,4	-3,0	-9,3	4,0	-6,3	-0,9
Indústria de transformação	-1,3	-0,1	1,8	-1,0	-1,4	-1,6	1,4	-0,5	0,0	-0,5
Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos	3,0	0,9	-1,1	-0,9	5,1	4,7	2,2	1,6	3,6	3,4
Construção	-0,3	0,0	2,4	1,3	-3,2	-1,7	2,4	4,4	-0,1	0,4
Serviços	0,1	0,3	0,2	0,4	1,1	1,2	1,2	1,0	1,2	1,1
Comércio	-0,3	0,7	0,7	1,1	0,6	0,5	2,0	2,4	1,3	1,4
Transporte, armazenagem e correio	-0,3	-0,5	-0,2	-0,1	1,8	0,5	0,4	-1,0	0,2	0,4
Informação e comunicação	1,8	0,5	0,7	1,1	2,3	4,0	3,3	4,2	3,4	3,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-0,3	0,5	-0,4	1,2	-1,0	0,8	-1,0	1,3	0,0	0,0
Atividades Imobiliárias	0,5	0,3	0,8	0,3	3,3	3,0	2,6	1,9	2,8	2,7
Outras atividades de serviços	0,4	0,3	0,0	0,1	2,3	1,3	1,5	0,9	1,5	1,5
Adm., defesa, saúde e educação públicas e seguridade social	0,0	0,4	-0,3	-0,6	-0,2	0,3	0,0	-0,6	0,2	-0,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos Macroeconômicos (Dimac) do Ipea.

Ao observar os dados expostos na Tabela 2 constata-se que, com exceção das indústrias Extrativas e de Transformação e do serviço da Administração, Defesa, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social, todos os outros setores performaram de forma positiva, alavancando o PIB brasileiro para um patamar positivo.

Retomando os ensinamentos de Vasconcelos (2011) da relação entre PIB e suas variáveis, é importante observar o padrão de consumo das famílias (C) e os gastos do

governo (G), pois, *coetaris paribus*, “quanto maior é o investimento do Estado, mais o PIB cresce” e “quanto mais as pessoas gastam, mais o PIB cresce.”. A tabela 3 traz as variáveis C e G:

Tabela 3: PIB 2019 em relação aos componentes da demanda

PIB e componentes de demanda: evolução das taxas de crescimento
(Em %)

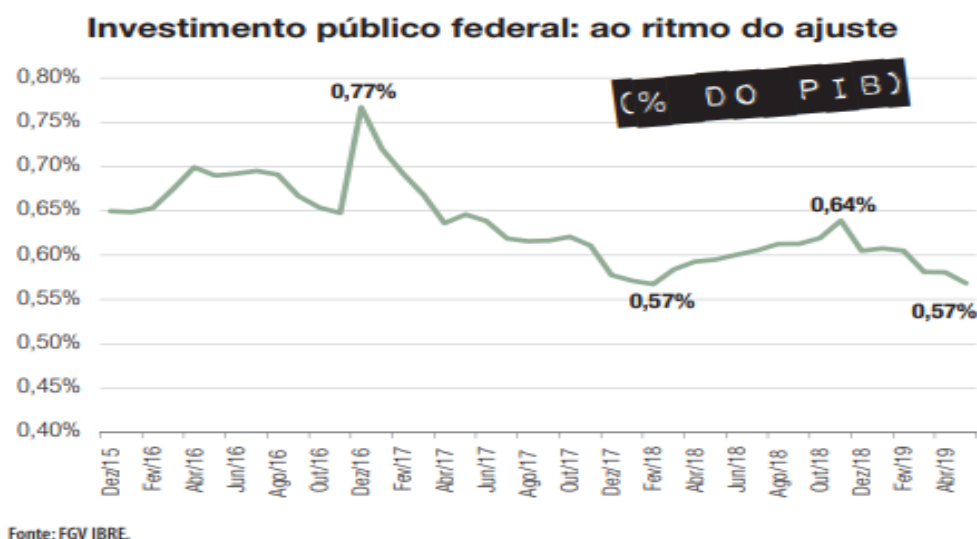
	Trimestre/trimestre anterior dessazonalizado				Trimestre/Igual trimestre do ano anterior				Acumulado	
	4T18	1T19	2T19	3T19	4T18	1T19	2T19	3T19	no ano	em quatro trimestres
PIB a preços de mercado	0,1	0,0	0,5	0,6	1,2	0,6	1,1	1,2	0,7	1,0
Absorção interna (demanda interna final + var. de estoques)	-1,0	0,4	1,6	1,3	0,4	0,6	1,4	2,4	1,5	1,2
Demanda interna final	-0,4	0,3	0,5	1,0	1,1	1,2	1,8	1,4	1,5	1,4
Consumo total	-0,1	0,5	0,2	0,5	0,9	1,2	1,2	1,1	1,2	1,1
Consumo das famílias	0,3	0,6	0,2	0,8	1,4	1,5	1,8	1,9	1,5	1,7
Consumo do governo	-1,2	0,6	-0,3	-0,4	-0,9	0,0	-0,7	-1,4	-0,3	-0,8
FBCF	-1,6	-0,8	3,0	2,0	2,8	1,1	5,4	2,9	3,1	3,0
Exportações de bens e serviços	1,9	-4,7	-2,0	-2,8	12,0	-1,6	1,3	-5,5	1,4	1,3
Importações de bens e serviços	-6,2	1,4	0,7	2,9	5,0	-2,3	4,9	2,2	1,0	2,4

Fonte: IBGE.

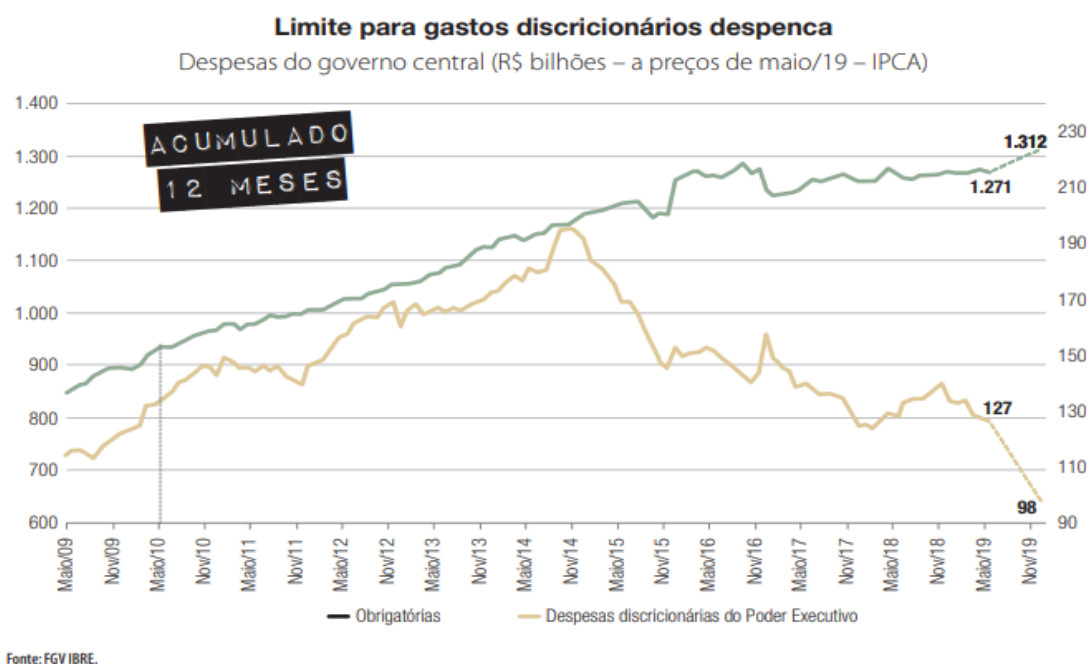
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Segundo os dados do IBGE e do IPEA, a variável C teve um aumento acumulado no ano de 1,5%, enquanto a variável G teve uma diminuição acumulada de 0,3% no ano.

Até esse momento, observou-se que as variáveis I e C mostraram um crescimento nos números acumulados de 2019 e a variável G, um decréscimo. Para entender essa performance negativa, mais dados sobre o desempenho dos gastos do governo são levantados. O Gráfico 3 traz um comparativo dos investimentos públicos nos últimos 5 anos:

Gráfico 3: Investimento público federal em relação ao PIB

Os dados da FGV (Gráfico 3) apresentam uma tendência de decréscimo dos investimentos públicos federais em relação ao PIB no ano de 2019, mesma performance de 2017, menor patamar dos últimos 5 anos. O desempenho de 2017 pode ser explicado pela aprovação da PEC 245 (PEC do Teto de Gastos Públicos), que estabelecia um limite para os gastos do governo federal durante 20 anos, a partir de 2017, tendo como base o orçamento do governo em 2016. (BRASIL, 2016). Percebe-se tal diminuição quando apresentado um maior nível de detalhamento, como no Gráfico 4:

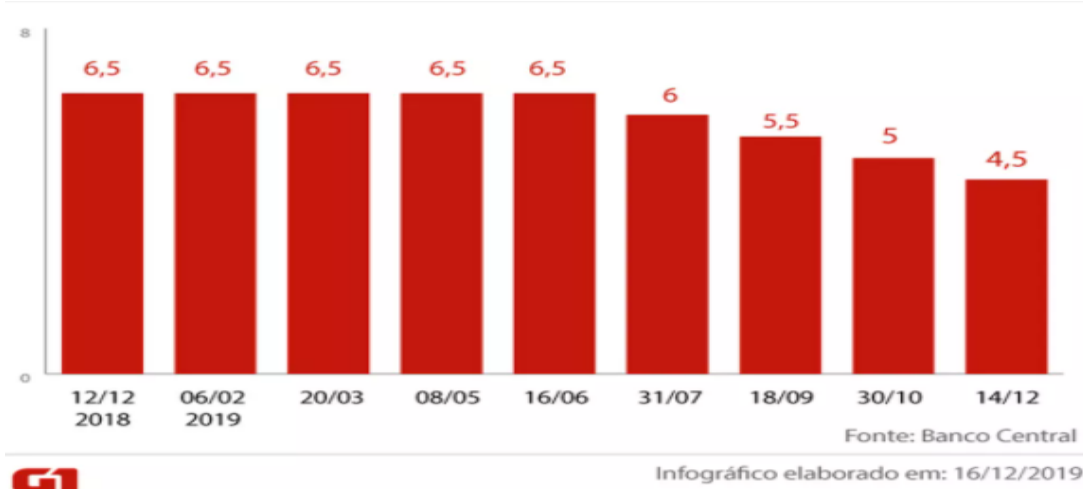
Gráfico 4: Gastos do Governo com despesas obrigatórias e discricionárias

Gastos obrigatórios são aqueles previstos em lei, como pagamento dos salários de servidores ativos e aposentadorias. Por esse motivo, o governo não pode cortá-los, bloqueá-los ou congelá-los. Ao voltar para os dados do Gráfico 4, realmente apresentam-se como crescentes, alcançando seu maior patamar dos últimos dez anos no mês de novembro de 2019. Em contrapartida, os gastos discricionários incluem todos os outros gastos do Governo: despesas correntes (contas de água e de luz, serviços terceirizados, compra de materiais etc.), além de verbas para programas mantidos pelas universidades, expansão e melhorias dos órgãos e entidades públicas. (BRASIL, 2020c)

Retornando para o Gráfico 4, o que se vê é um pico de gastos discricionários em 2014 e uma queda acentuada em 2019. Em relação aos gastos do Governo, as despesas obrigatórias vêm aumentando na última década: do final de 2016 a meados de 2017 até houve a tentativa de se reduzir os gastos obrigatórios, mas em 2019 eles voltaram a crescer no patamar de 2016. Em relação às despesas discricionárias, de 2015 para cá houve um grande recuo, sensivelmente observado em 2019, quando alcançou seu patamar mais baixo dos últimos 10 anos.

Sabe-se que quando o governo reduz seus gastos, a equação do PIB ($PIB = C + G + I + X - Q$), *coetaris paribus*, apresenta um resultado menor. Ou seja, matematicamente, o corte de gastos gera uma queda no PIB.

Retoma-se, dos ensinamentos de Vasconcelos (2011), a visão keynesiana da economia que demonstra que com “as despesas adicionais do governo, haveria a criação de novos empregos e outras empresas com investimento em volta destes projetos governamentais. Isso geraria, novamente, um aumento da Procura Agregada.” (VASCONCELOS, 2011, p. 358). Assim, o governo para contrabalancear essa queda nos gastos públicos e consequente queda no PIB precisa, portanto, agir de outra forma a fim de aumentar as outras variáveis que impactam no resultado do PIB. Em 2019, uma das soluções que o governo apresentou foi a de alterar a Taxa Selic (Gráfico 5):

Gráfico 5: Evolução da Taxa Selic em percentual (%) em 2019

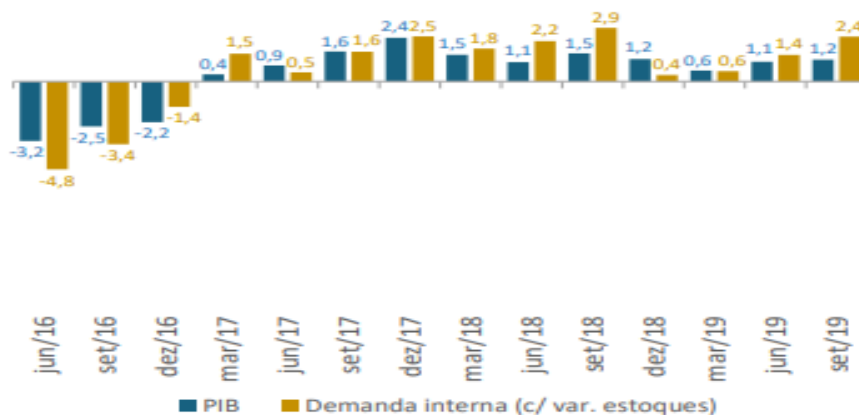
De acordo com os dados do Banco Central, a Taxa Selic, ao longo do ano de 2019, foi sendo rebaixada até o patamar de 4,5%, um dos mais baixos naquela época.

Isso ocorreu pois, segundo Dias (2005), se a inflação está baixa e o Banco Central reduz os juros, isso barateia os empréstimos, já que o custo de captação dos bancos fica mais barato e, assim, aumenta o estímulo ao consumo das famílias. A Taxa Selic é o principal instrumento usado pelo Banco Central para estimular o consumo das famílias e para ajudar a controlar a inflação. Dessa forma, o governo mantém alto o crescimento do PIB a partir do aumento da variável C. É sabido EM 2020, um ano após esses dados do Banco Central serem publicados, o Governo manteve sua política econômica de estimular a Taxa Selic para baixo, chegando ao patamar de 2%.

Retomando a discussão sobre o consumo das famílias, é possível conectar a diminuição da Taxa Selic com o aumento do consumo. O Gráfico 6 deixa mais claro o desempenho do consumo das famílias:

Gráfico 6: PIB x Demanda Interna

Taxas de crescimento: PIB *versus* demanda interna
(Taxa trimestral, em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A demanda interna, entendida como consumo das famílias, gastos do governo e FBCF, teve aumento de 1% no último trimestre de 2019. Se, conforme os dados do Gráfico 4, houve diminuição dos gastos do governo, o aumento deve ser compensado pelas outras duas variáveis, em especial o consumo das famílias.

Retomando os dados do Gráfico 3 em conexão com a explanação exposta anteriormente sobre a política do Governo de diminuição da Taxa Selic, é possível entender o crescimento do PIB no período. O resultado positivo do PIB brasileiro em 2019 reflete a melhora nas condições de crédito, permitindo uma influência direta no consumo das famílias. Além disso, o aumento do investimento das indústrias desencadeia uma melhora no mercado de trabalho, elevando os indicadores de confiança das famílias e aumentando a capacidade de consumo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi constatado que, em 2019, o PIB do Brasil foi de R\$7,3 trilhões, com crescimento de 1,1% em relação ao ano anterior (2018). Nessa comparação, Rebeca Palis (2020b), coordenadora das Contas Nacionais do IBGE, afirma que foram “três anos de resultados positivos, mas o PIB ainda não anulou a queda de 2015 e 2016 e está no mesmo patamar do primeiro trimestre de 2013”. (BRASIL, 2020b).

Foi observado também que esse crescimento do PIB foi gerado pelas variáveis de produção, agropecuária e gastos das famílias. Em relação ao setor agropecuário, foi observado que ele apresenta as maiores oscilações em relação aos demais setores, mas que apresentou em 2019 superávit. Já o consumo das famílias, foi uma das maiores contribuições para o avanço do PIB brasileiro, com crescimento de 1,8%. Percebeu-se também o peso do setor de serviços no PIB, já que essa categoria representa quase dois terços da economia brasileira.

Se por um lado, as três variáveis alavancaram o crescimento da economia por meio do desempenho do PIB, os gastos públicos afetaram o PIB de forma negativa. Foi assumido, assim, que os gastos do governo são um componente do Produto Interno Público e seu comportamento em 2019 foi de queda, acentuada pela diminuição das despesas discricionárias. Como o governo possui a função de aumentar o nível de renda do país, foi apresentada uma das alternativas que ele tem usado: a diminuição na Taxa Selic. A diminuição da Taxa Selic a um patamar baixo (4,5%) foi entendida como uma forma de compensação do governo com o objetivo de controlar a inflação e estimular o consumo.

Da análise e discussão apresentada no presente artigo, reforça-se que a pesquisa não teve o intuito de esgotar o assunto, muito pelo contrário: foi uma forma do pesquisador adentrar, mesmo que de forma rápida e superficial, nos estudos acadêmicos da Economia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Senado Federal**. Promulgada a emenda constitucional do teto de gastos. 2016. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em 1º dezembro 2020.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020a. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20%C3%A9%20a%20soma,cidade%2C%20geralmente%20em%20um%20ano.&text=O%20PIB%20mede%20apenas%20os, finais%20para%20evitar%20dupla%20contagem>>. Acesso em 28 novembro 2020.

_____. **PIB cresce 1,1% em 2019 e fecha o ano em R\$7,3 trilhões**. Agência de Notícias. 2020b. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de>>.

imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27006-pib-cresce-1-1-em-2019-e-fecha-o-ano-em-r-7-3-trilhoes>. Acesso em 30 novembro 2020.

_____. **Despesas obrigatórias e discricionárias**. 2020c. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil/4.-lei-orcamentaria-anual/despesas-obrigatorias#:~:text=O%20or%C3%A7amento%20traz%20despesas%20obrigat%C3%B3rias,ele%20tem%20liberdade%20de%20decidir.>>>. Acesso em 2 dezembro 2020.

DIAS, Francisco José. **Noções de economia e finanças**. Febraban. 2003. Disponível em <https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/modulo3_nocoas_economia_financas.pdf>. Acesso em 1º dezembro 2020.

DICIONÁRIO FINANCEIRO, 2020. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/>>. Acesso em 28 novembro 2020.

FEIJÓ, Carmen Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto. **Contabilidade social: referência atualizada das contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

GALA, Paulo. **100 anos de PIB no Brasil. 2019**. Disponível em: <<https://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/>>. Acesso em 29 novembro 2020.

HALLAK NETO, João. **O sistema de contas nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2014. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86717.pdf>>. Acesso em 29 novembro 2020.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2011.